

# Concurso Público

## Nível Superior

### Cargo 5: Analista Judiciário

#### Área: Judiciária

CADERNO  
**Calhau**

**MANHÃ**

Aplicação: 2/10/2005

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Calhau — coincide com o nome que está registrado no cabeçalho de sua folha de rascunho, à direita, e se ele contém cinquenta questões do tipo múltipla escolha, cada uma com cinco opções (A, B, C, D e E), correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 50, seguidas da prova de redação.
- 2 A página para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 8 Na prova de redação, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 9 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova de redação e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova de redação poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA

- I **4/10/2005** – a partir das 10 h – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/trema2005](http://www.cespe.unb.br/concursos/trema2005) — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **5 e 6/10/2005** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — <http://www.cespe.unb.br/concursos/trema2005>.
- III **4/11/2005** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova de redação: locais mencionados no item I e Diário Oficial da União.
- IV **7 e 8/11/2005** – Recursos (prova de redação): conforme será disciplinado no edital de divulgação do referido resultado.
- V **25/11/2005** – Resultados finais da prova de redação e do concurso e convocação para a perícia médica dos candidatos aprovados que se declararam portadores de deficiência: locais mencionados no item III.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2005 – TRE/MA, de 4/5/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — <http://www.cespe.unb.br/concursos/trema2005>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.



- Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto I – questões de 1 a 4

1 Para que a democracia seja efetiva, é necessário que as  
 pessoas se sintam ligadas aos seus concidadãos e que essa ligação  
 se manifeste por meio de um conjunto de organizações e  
 4 instituições extramercado. Uma cultura política atuante precisa de  
 grupos comunitários, bibliotecas, escolas públicas, associações  
 de moradores, cooperativas, locais para reuniões públicas,  
 7 associações voluntárias e sindicatos que propiciem formas de  
 comunicação, encontro e interação entre os concidadãos.  
 A democracia neoliberal, com sua idéia de mercado *über alles*,  
 10 nunca leva em conta essa atuação. Em vez de cidadãos, ela  
 produz consumidores. Em vez de comunidades, produz *shopping*  
*centers*. O que sobra é uma sociedade atomizada, de pessoas sem  
 13 compromisso, desmoralizadas e socialmente impotentes.

Em suma, o neoliberalismo é o inimigo primeiro e  
 imediato da verdadeira democracia participativa, não apenas nos  
 16 Estados Unidos, mas em todo o planeta, e assim continuará no  
 futuro previsível.

Robert W. McChesney. Introdução. In: Noam Chomsky. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. Pedro Jorgensen Jr. (Trad.). 4.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 (com adaptações).

### QUESTÃO 1

Assinale a opção que está de acordo com as idéias do texto I.

- A O setor econômico da sociedade inibe qualquer iniciativa de se construir uma cultura política verdadeiramente democrática.
- B Os sindicatos destacam-se das demais instituições associativas por promover a interação entre seus associados.
- C A democracia neoliberal, ao desprezar as ações da sociedade civil organizada, reduz a condição política do cidadão a um plano mínimo.
- D A política neoliberal produz um tipo de democracia voltada, exclusivamente, para a defesa dos interesses do consumidor.
- E É previsível que, em um futuro próximo, o neoliberalismo evolua para uma democracia extramercado.

### QUESTÃO 2

Assinale a opção correta com referência à tipologia do texto I.

- A O produtor do texto apresenta, em narrativa concisa, a trajetória contemporânea da democracia neoliberal em direção a um futuro previsível.
- B Trata-se de texto expositivo, de caráter intimista, em que o autor apresenta suas impressões pessoais a respeito do neoliberalismo e da influência norte-americana sobre o futuro da humanidade.
- C Em um texto eminentemente descritivo, o autor estabelece, de modo subjetivo, um paralelo entre dois tipos de democracia cujas ações atendem, de modo diferenciado, aos interesses populares.
- D No texto, identifica-se uma parte narrativa, em que o autor relata o surgimento da democracia neoliberal, e outra descritiva, por meio da qual o produtor enumera, objetivamente, as características da democracia participativa.
- E O texto caracteriza-se como dissertativo-argumentativo, no qual o autor, contrapondo dois tipos de sistema político, manifesta-se contra os efeitos nocivos de um sobre o outro.

### QUESTÃO 3

Com referência às palavras e expressões empregadas no texto I, há equivalência de sentido entre

- A “concidadãos” (l.2) e “consumidores” (l.11).
- B “efetiva” (l.1) e “participativa” (l.15).
- C “conjunto de organizações e instituições extramercado” (l.3-4) e “democracia neoliberal” (l.9).
- D “atuante” (l.4) e “atomizada” (l.12).
- E “grupos comunitários” (l.5) e “*shopping centers*” (l.11-12).

QUESTÃO 4

Julgue os itens abaixo, considerando o emprego de estruturas lingüísticas no texto I.

- I Caso a oração adverbial que inicia o texto estivesse imediatamente após a expressão “é necessário”, não haveria necessidade de emprego da vírgula, visto que estaria restabelecida a ordem direta do período.
- II A substituição da forma verbal “precisa” (l.4) por **precinde** preserva o sentido original do texto e aumenta a força argumentativa do enunciado lingüístico.
- III Na linha 7, a forma verbal subjuntiva “propiciem” poderia ser substituída, sem prejuízo da coerência do texto e da correção gramatical, pela forma indicativa **propiciam**, desde que fosse empregada a vírgula antes do conector “que”.
- IV Na linha 10, a forma de presente do indicativo “leva”, associada ao emprego do advérbio “nunca”, confere ao enunciado um tom assertivo, categórico, que não admite contestação.
- V Estariam garantidas a coerência do texto e a correção gramatical se o período “O que sobra (...) socialmente impotentes” (l.12-13) fosse assim reescrito: Disso resulta uma sociedade atomizada, constituída de pessoas sem compromisso, desmoralizadas e socialmente impotentes.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.      B 2.      C 3.      D 4.      E 5.

QUESTÃO 5

No texto abaixo, de autoria de Mário Quintana e reproduzido com adaptações, os itens em algarismos romanos referem-se aos termos em negrito que os antecedem. Julgue-os com relação ao emprego dos vocábulos e das expressões quanto à sintaxe de construção do período e à grafia.

**O milagre**

Dias maravilhosos **em que** (I) os jornais **vêm** (II) cheios de poesia e do lábio amigo **brotam** (III) palavras de eterno encanto.  
Dias mágicos em que os burgueses **espiam** (IV), através das vidraças dos escritórios, a graça **gratuita** (V) das nuvens.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e IV.  
B I, III e V.  
C I, IV e V.  
D II, III e IV.  
E II, III e V.

QUESTÃO 6

- 1 Ser cidadão, perdoem-me os que cultuam o direito, é ser  
como o Estado, é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe  
permitem não só se defrontar com o Estado, mas afrontar o  
4 Estado. O cidadão seria tão forte quanto o Estado. O indivíduo  
completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo,  
a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o  
7 que poderiam ser os seus direitos.

Milton Santos. *Cidadania e consciência negra*. Internet: <<http://geocities.yahoo.com.br>>. Acesso em jun./2005.

No texto acima,

- A o sujeito gramatical da oração expressa pela forma verbal “perdoem” (l.1) está elíptico.  
B estaria garantida a obediência às regras de regência verbal, caso se substituísse a expressão “afrontar o Estado” (l.3-4) por **afrontar-lhe**.  
C a substituição da expressão “capacidade de entender o mundo” (l.5) por **capacidade de entendê-lo** mantém a coesão e a coerência do texto, além de conferir ao período maior concisão.  
D a expressão “é aquele que” (l.5) é empregada, no período, para realçar o termo “O indivíduo completo” (l.4-5).  
E caso a locução verbal “poderiam ser” (l.7) estivesse no singular, haveria concordância do verbo auxiliar com o sujeito da oração, expresso na forma pronominal “o”, que a antecede.

QUESTÃO 7

Assinale a opção correta quanto à pontuação.

- A Em 2003, o projeto ganhou o apoio do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. A parceria culminou na instrução normativa que obriga as prefeituras e as câmaras municipais a colocarem à disposição da população a prestação de contas municipais. A instrução tem como amparo a Lei de Responsabilidade Fiscal.  
B O projeto Contas na Mão nasceu em 2000, a partir de audiências públicas no interior do Maranhão. Nesses encontros, os promotores discutiam com a população, o processo eleitoral e possíveis crimes como: a compra de votos. “Depois, achamos necessário que esse trabalho de conscientização se estendesse para além do período eleitoral”, disse, um promotor de justiça.  
C O projeto foi então, adotado pelo Fórum Permanente dos Promotores de Justiça, “Depois, fizemos com que esses comitês tivessem participação em todas as atividades do estado, no planejamento do orçamento, na execução orçamentária e até, na prestação de contas”, explicou o promotor de justiça.  
D Promotores representantes da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM), vão propor à Controladoria-Geral da União (CGU) a realização de convênio no projeto Contas na Mão. Nascido há cinco anos, o projeto tem como objetivo, formar comitês de cidadania para fiscalizar contas públicas em estados e municípios.  
E No Maranhão, os comitês são formados por cidadãos, indicados, pelos promotores de cada comarca do estado. Eles obtêm capacitação por meio de: cursos realizados na capital São Luís, e também no interior. Tudo é mantido com recursos da Procuradoria-Geral de Justiça maranhense e por meio de parcerias com a AMPEM.

Opções adaptadas. Internet: <<http://www.cgu.gov.br>>. Acesso em 17/6/2005.

QUESTÃO 8

Quanto ao emprego do sinal indicativo de crase, julgue os fragmentos apresentados nos seguintes itens.

- I Disposições aplicadas à sítio mantido por empresas públicas.
- II Direito a candidatar-se à qualquer cargo eletivo.
- III Submissão às regras da lei eleitoral.
- IV Características semelhantes às da legislação eleitoral.
- V Opinião favorável ou contrária à coligações partidárias.
- VI Restrições impostas às rádios e às emissoras de televisão.
- VII Tema à que se refere a legislação em vigor.

O emprego da crase está correto apenas nos itens

- A I, II e IV.
- B I, IV e VII.
- C II, V e VII.
- D III, IV e VI.
- E V, VI e VII.

Texto II – questões 9 e 10



Considere que a janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada na figura acima esteja sendo executada em um computador PC. Considere ainda que a página web mostrada na janela esteja associada ao sítio <http://www.tre-ma.gov.br> e que o ponteiro do mouse esteja sobre o *hyperlink* [relatório\\_de\\_gestao\\_2003](#)

QUESTÃO 9

Com base nas informações apresentadas no texto II, é correto afirmar que,

- A ao se clicar o *hyperlink* [relatório\\_de\\_gestao\\_2003](#), será iniciado processo de *download* de arquivo criptografado do tipo PDF a uma velocidade de 2 Mbps, por meio de uma conexão segura.
- B ao se clicar o botão , será iniciado processo de impressão do conteúdo armazenado no arquivo associado ao *hyperlink* [relatório\\_de\\_gestao\\_2003](#)
- C ao se clicar o botão , será iniciado processo de salvaguarda do arquivo associado ao *hyperlink* [relatório\\_de\\_gestao\\_2003](#) na pasta Meus documentos.
- D ao se clicar o botão , e, em seguida, clicar o *hyperlink* [relatório\\_de\\_gestao\\_2003](#), será iniciado processo de verificação de existência de vírus de computador no arquivo associado a esse *hyperlink*, procedimento que reduz riscos de contaminação por vírus de computador no *download* de informação na Internet.
- E ao se clicar o *hyperlink* [relatório\\_de\\_gestao\\_2003](#), caso esteja devidamente configurado, o IE6 poderá apresentar mensagem informando que o *download* de arquivo não está autorizado.

QUESTÃO 10

Na situação apresentada no texto II, caso se deseje configurar o bloqueio de páginas *pop-up* que porventura sejam acionadas ao se acessar páginas do sítio <http://www.tre-ma.gov.br>, é correto o uso de recursos do IE6 disponibilizados por opção encontrada no *menu*

- A Arquivo
- B Ferramentas
- C Exibir
- D Favoritos
- E Editar

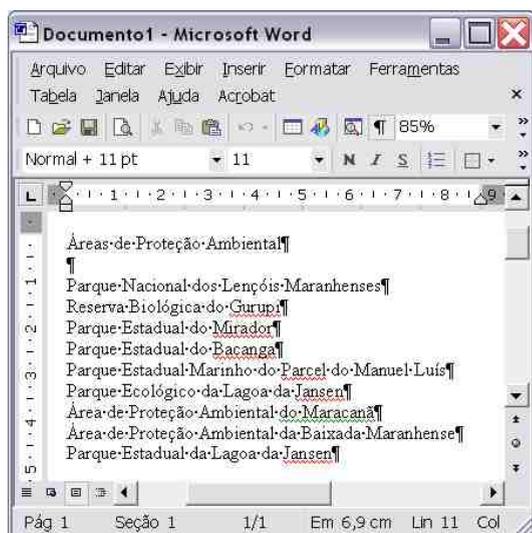
QUESTÃO 11



Considerando que a janela do Outlook Express 6 (OE6) ilustrada na figura acima esteja em execução em um computador PC, e que o ponteiro do *mouse* encontra-se sobre a opção **7 Em branco**, ao se clicar o botão esquerdo do *mouse*, será

- A solicitada uma senha para a edição de mensagem de correio eletrônico e, caso essa senha seja adequadamente fornecida, será aberta uma janela na qual será possível a edição de mensagem de correio eletrônico, usando-se o estilo denominado em branco, que impede que arquivos sejam anexados à referida mensagem.
- B iniciado processo de acesso aos recursos do Messenger implementados no OE6 utilizando-se uma janela com o fundo em branco.
- C carregado o conteúdo do recurso Messenger do OE6 em um arquivo Word em branco, que será armazenado na pasta **CESPE**.
- D fechada a janela do OE6 mostrada acima, abrindo-se uma nova janela que permitirá a edição de uma mensagem de correio eletrônico com o conteúdo necessariamente em branco.
- E aberta uma janela que permitirá a edição de mensagem de correio eletrônico com o fundo da área de mensagem em branco.

Texto III – questões 12 e 13



A figura acima ilustra uma janela do Word 2002, que está sendo usado por um usuário para a elaboração de um documento.

QUESTÃO 12

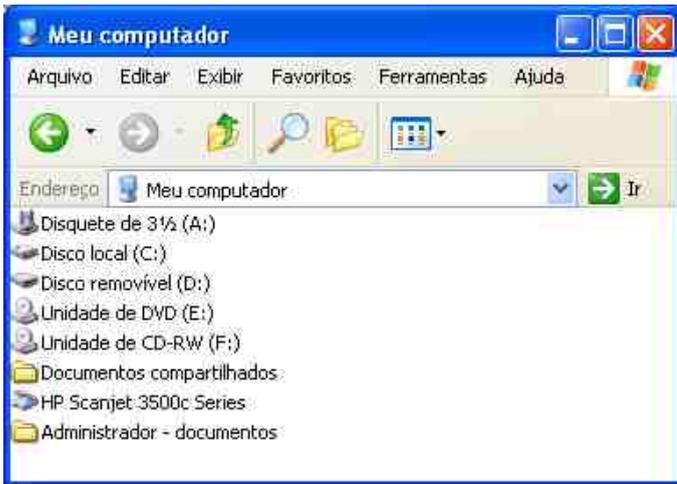
Considerando as informações do texto III, assinale a opção correta acerca da utilização do Word 2002.

- A Para se inserir numeração nas nove áreas de proteção ambiental listadas no documento em edição, é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar sobre a primeira ocorrência da palavra “Parque”; pressionar o botão esquerdo do *mouse*; arrastar o ponteiro do *mouse* até o final do documento mostrado; liberar o botão esquerdo do *mouse*; clicar .
- B Caso se deseje eliminar o efeito sublinhado observado em algumas palavras do texto, é suficiente selecionar todo o documento em edição e, a seguir, clicar .
- C Caso se clique o *menu* **Acrobat**, se terá acesso a uma opção que permite configurar o Word para corrigir o texto automaticamente à medida que este é digitado.
- D Para se aplicar negrito à primeira linha mostrada do documento e centralizá-la, é suficiente realizar as seguintes ações: clicar sobre “Áreas”; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar a tecla ; clicar ; clicar o *menu* **Exibir** e, na lista disponibilizada, clicar a opção Centralizar.
- E Para se excluir do documento em edição o último parágrafo mostrado, é suficiente realizar as seguintes ações: clicar sobre “Parque” na última linha mostrada; pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar após “Jansen”, nessa mesma linha; clicar .

QUESTÃO 13

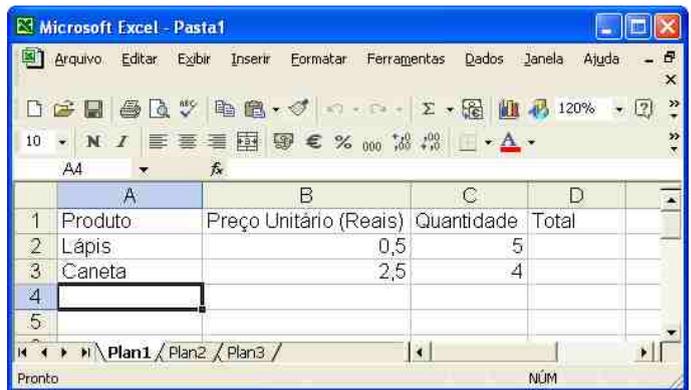
Ainda considerando as informações do texto III, assinale a opção **incorreta** acerca das funcionalidades do Word 2002.

- A No *menu* **Arquivo**, encontra-se opção que permite salvar o documento em edição no formato HTML, que é um formato utilizado em páginas *web*.
- B Opção disponibilizada no *menu* **Editar** permite incorporar o conteúdo da área de transferência no documento em edição em formato especificado pelo usuário.
- C Caso deseje criar um desenho contendo formas simples, como retas, retângulos e círculos, e inseri-lo no documento em edição, o usuário poderá fazê-lo por meio de opção existente no *menu* **Ferramentas**.
- D No *menu* **Formatar**, encontram-se opções que permitem alterar o formato da fonte em uso bem como o espaçamento entre linhas do documento em edição.
- E Por meio de opção existente no *menu* **Exibir**, é possível adicionar texto na forma de cabeçalho na parte superior de todas as páginas do documento em edição.



A figura acima mostra a janela Meu computador do Windows XP. Com relação a essa janela e ao Windows XP, assinale a opção correta.

- A Ao se aplicar um clique duplo no ícone , será iniciado processo de formatação de um disquete que estiver na unidade de disco de 3 1/2", desde que o disco não esteja protegido contra escrita.
- B Ao se aplicar um clique duplo no ícone , será aberta uma janela que permite o acesso a CD que possibilita tanto a leitura como a escrita de dados.
- C Ao se aplicar um clique duplo no ícone , será aberta uma janela que permite a gravação de arquivos em discos do tipo DVD, que é uma unidade com menor capacidade de armazenamento que as unidades de CD-ROM.
- D Ao se aplicar um clique duplo sobre a barra de título da janela mostrada, esta será fechada.
- E Ao se aplicar um clique duplo no ícone , será aberto um aplicativo denominado *scanner*, que tem por finalidade detectar a existência de vírus de computador em disquetes ou em discos de CD-ROM.



A figura acima mostra uma janela do Excel 2002, com uma planilha contendo os preços de 5 lápis e 4 canetas. Com relação a essa planilha e ao Excel 2002, assinale a opção correta.

- A Para se calcular o valor total dos 5 lápis e pôr o resultado na célula D2, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: selecionar as células B2 e C3; pressionar a tecla  e, em seguida, clicar a célula D2.
- B Para se aplicar negrito ao conteúdo da célula A1, é suficiente clicar essa célula, teclar  e, após liberar a tecla , pressionar a tecla .
- C Para se alterar o estilo de fonte usado no conteúdo da célula A3, é suficiente clicar essa célula, clicar  e, na lista de opções que surge em decorrência dessa ação, contendo diversas fontes, clicar a fonte desejada.
- D Para se selecionar o grupo de células formado pelas células B3 e C3, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula B3; pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar a célula C3, liberando, em seguida, a tecla .
- E Para se acionar a ferramenta que procura automaticamente por erros de grafia nas palavras contidas na planilha, é suficiente clicar .

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 16

De acordo com a jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção **incorreta**.

- A A procedência da reclamação, quando promovida com o objetivo de fazer prevalecer o *imperium* inerente aos julgados proferidos pelo STF, importará em desconstituição do referido tribunal.
- B O desrespeito à eficácia vinculante, derivada de decisão emanada do plenário da suprema corte, autoriza o uso da reclamação.
- C As decisões plenárias do STF que deferem medida cautelar em sede de ação declaratória de constitucionalidade não se revestem de eficácia vinculante.
- D O STF tem entendido que a declaração de inconstitucionalidade não impede o legislador de promulgar lei de conteúdo idêntico ao texto anteriormente censurado, pois tal proibição conduziria ao fenômeno da fossilização da Constituição.
- E Proferida a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei objeto da ação declaratória, ficam os tribunais e os órgãos do Poder Executivo obrigados a guardar-lhe plena obediência.

### QUESTÃO 17

A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a opção **incorreta**.

- A A intervenção de terceiros no processo da ação direta de inconstitucionalidade é regra excepcional prevista na Lei n.º 9.868/1999, que visa a permitir que terceiros, desde que investidos de representatividade adequada, possam ser admitidos na relação processual, para efeito de manifestação sobre a questão de direito subjacente à própria controvérsia constitucional.
- B O desrespeito à cláusula de reserva de plenário gera nulidade absoluta da decisão colegiada que, emanando de órgão meramente fracionário, haja declarado a inconstitucionalidade de determinado ato estatal.
- C Com a Emenda Constitucional n.º 45, os legitimados para a propositura da ação declaratória de constitucionalidade passaram a ser os mesmos da ação direta de inconstitucionalidade. São eles: presidente da República, mesa do Senado, mesa da Câmara dos Deputados, mesa da Assembléia Legislativa ou Câmara Legislativa do Distrito Federal, governador de estado ou do Distrito Federal, procurador-geral da República, Conselho Federal da OAB, partidos políticos com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- D O Poder Judiciário, ao declarar a inconstitucionalidade de determinada lei, deve sempre atuar como legislador negativo, sendo-lhe vedado, portanto, instituir norma jurídica diversa da produzida pelo Poder Legislativo.
- E A arguição de descumprimento de preceito fundamental tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do poder público. Daí deverá ser admitida, ainda que haja outro meio eficaz capaz de sanar a lesividade.

### QUESTÃO 18

Acerca da reforma do Poder Judiciário objeto da Emenda Constitucional n.º 45/2004, julgue os próximos itens.

- I Com a referida emenda, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos e por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- II Após essa emenda, o país se submete à jurisdição de tribunal penal internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- III A reforma do Poder Judiciário determinou alguns princípios a serem observados na elaboração do Estatuto da Magistratura, entre eles a previsão da exigência de 3 anos de atividade jurídica para o bacharel em direito como requisito para o ingresso na carreira da magistratura.
- IV Com a emenda mencionada, houve a transferência de competência do STF para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) no tocante à homologação de sentenças estrangeiras. A concessão de *exequatur* às cartas rogatórias permaneceu na competência do STF.
- V A reforma do Poder Judiciário vedou a utilização da súmula vinculante pelo STF.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.      B 2.      C 3.      D 4.      E 5.

### QUESTÃO 19

De acordo com a doutrina nacional e jurisprudência dominante no STF, assinale a opção correta.

- A A falta do serviço decorre do não-funcionamento ou do funcionamento insuficiente, inadequado, tardio ou lento do serviço que o poder público deve prestar.
- B A falta do serviço — *faute du service* dos franceses — dispensa o requisito da causalidade, vale dizer, do nexo de causalidade entre a ação omissiva atribuída ao poder público e o dano causado a terceiro.
- C A reparação do dano causado a terceiro não pode ser feita no âmbito administrativo, ainda que a administração reconheça desde logo a sua responsabilidade e haja entendimento entre as partes quanto ao valor da indenização.
- D A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva quanto aos usuários do serviço, mas pode ser estendida a outras pessoas que não ostentem a condição de usuário.
- E Tratando-se de ato omissivo do poder público, a responsabilidade civil por tal ato é objetiva.

**QUESTÃO 20**

No que se refere a atos administrativos, assinale a opção correta.

- A Não há violação do requisito finalidade na hipótese de remoção de ofício de servidor, como forma de punição.
- B Mesmo diante da margem de liberdade de escolha da conveniência e oportunidade concedida à administração, é necessária a adequada motivação, explícita, clara e congruente, do ato discricionário que nega, limita ou afeta direitos ou interesses dos administrados.
- C O requisito da competência, quando é exercida além dos limites estabelecidos na lei, dá lugar a uma das modalidades de abuso de poder, denominada desvio de poder.
- D Na hipótese de desapropriação pelo Estado de propriedade de desafeto do chefe do Poder Executivo, com o fim de prejudicá-lo, não há desvio de finalidade.
- E Os atos discricionários não estão sujeitos à apreciação judicial em hipótese alguma.

**QUESTÃO 21**

O poder de polícia pode ser descrito como a faculdade de que dispõe a administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Quanto ao poder de polícia, julgue os itens subseqüentes.

- I O princípio da proporcionalidade, entendido como a necessidade de adequação entre a restrição imposta pela administração e o benefício coletivo que se tem em vista com a medida, também consubstancia um limite inarredável do poder de polícia administrativo.
- II A administração exerce o poder de polícia quando dissolve uma passeata, por comportamento violento, destruidor de bens e agressivo à incolumidade física dos transeuntes.
- III Ao interromper um espetáculo público, pela prática de atos obscenos, de natureza criminosa, a administração atua no exercício do poder de polícia.
- IV Toda coação que exceda o estritamente necessário à obtenção do efeito jurídico licitamente desejado pelo poder público é injurídica. Portanto, o emprego de violência para dissolver uma reunião não-autorizada, porém pacífica, configura abuso da administração.
- V O *habeas corpus* e o mandado de segurança são meios especialmente eficazes para defesa do particular nos casos em que a administração, no exercício do poder de polícia, atua de modo irregular, desmedido e afrontoso à legalidade.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.      B 2.      C 3.      D 4.      E 5.

**QUESTÃO 22**

Com relação às normas vigentes da organização e competência da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- A Compete ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) processar e julgar originalmente o registro e a cassação de registro de partidos políticos, de seus diretórios nacionais e de candidatos à presidência e à vice-presidência da República e ao Senado.
- B Na capital de cada estado e no Distrito Federal, deve haver um TRE composto de dois juízes escolhidos entre os desembargadores do tribunal de justiça; dois juízes escolhidos entre juízes de direito, pelo tribunal de justiça; um juiz do tribunal regional federal (TRF) com sede na capital do estado ou no Distrito Federal, ou, em não havendo, um juiz federal escolhido, em qualquer caso, pelo TRF respectivo; dois juízes escolhidos entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo tribunal de justiça e nomeados pelo governador do estado ou do Distrito Federal, conforme o caso.
- C É imprescindível emenda à Constituição Federal para se ampliar a atual composição do TSE, a qual, conforme previsto na Constituição da República, é de sete membros: três juízes escolhidos entre os ministros do STF, dois juízes entre os ministros do STJ e, por nomeação do presidente da República, dois juízes entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo STF.
- D São órgãos da justiça eleitoral o TSE, os tribunais regionais eleitorais (TREs), os juízes eleitorais e as juntas eleitorais, compondo-se estas de um juiz de direito, que, mesmo que não seja juiz eleitoral, será o presidente, e dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade.
- E O TSE deve eleger seu presidente e seu vice-presidente entre os ministros do STF, e o corregedor eleitoral entre os ministros do STJ. O TRE deve eleger seu presidente e seu vice-presidente entre os desembargadores, sendo o corregedor regional da justiça eleitoral o juiz escolhido pelo TRF que o indicar.

QUESTÃO 23

Assinale a opção **incorreta** a respeito de alistamento eleitoral.

- A O requerimento de alistamento eleitoral deve ser preenchido ou digitado por servidor da justiça eleitoral, e o requerente deve assinar ou apor a impressão digital do polegar direito na presença do servidor, o qual deve atestar, de imediato, a satisfação dessa exigência.
- B A inscrição de eleitor que incidiu em uma das causas de cancelamento previstas na legislação eleitoral não pode ser utilizada para o exercício do voto nem ser objeto de transferência ou revisão.
- C Ao requerer a transferência, o eleitor deve entregar ao servidor do cartório o título eleitoral e a prova de quitação com a justiça eleitoral, todavia, se não for comprovada a condição de eleitor ou a referida quitação, o juiz eleitoral deverá arbitrar, desde logo, o valor da multa a ser paga.
- D A suspensão ou perda dos direitos políticos, a pluralidade de inscrição, o falecimento do eleitor e a abstenção em três eleições consecutivas são causas de cancelamento da inscrição que acarretam a exclusão do eleitor. Tal exclusão pode ser promovida de ofício pelo juiz eleitoral a requerimento do delegado de partido ou de qualquer eleitor, todavia, durante o processo, até a data em que for promulgada a exclusão, o eleitor pode votar validamente.
- E A transferência do eleitor só é admitida se satisfeitas, entre outras, as seguintes exigências, que podem ser dispensadas para determinadas pessoas; o transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência e a residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.

QUESTÃO 24

A respeito da lei que dispõe sobre os partidos políticos, assinale a opção correta.

- A Um dos requisitos para caracterização do caráter nacional do partido político é a comprovação do apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, meio por cento dos votos recebidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos.
- B A desaprovação das contas prestadas à justiça eleitoral implica a suspensão de novas cotas do fundo partidário, independentemente do trânsito em julgado da decisão.
- C Prestadas as contas pelos órgãos de direção partidária, a justiça eleitoral não pode determinar diligências necessárias à complementação de informações ou ao saneamento de irregularidades encontradas.
- D O partido registrado no TSE tem assegurada a realização de um programa em cadeia nacional de rádio e televisão, em cada semestre, com a duração de 20 minutos.
- E Na propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão, admite-se a divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos, visto que esse tipo de propaganda se destina exatamente a difundir os programas partidários, a transmitir mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário, dos eventos com este relacionados e das atividades congressuais do partido e a divulgar a posição do partido em relação a temas político-comunitários.

QUESTÃO 25

Acerca da arrecadação e da aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, assinale a opção **incorreta**.

- A As despesas da campanha eleitoral devem ser realizadas sob a responsabilidade dos partidos políticos, ou de seus candidatos, cabendo ao partido constituir comitês financeiros, com a finalidade de arrecadar recursos e aplicá-los nas campanhas eleitorais.
- B São limitados a 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição tanto as doações feitas por pessoa física, quanto os recursos próprios utilizados pelo candidato na campanha eleitoral.
- C Após o registro dos comitês financeiros, pessoas físicas podem fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais.
- D O candidato é o único responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha, devendo assinar a respectiva prestação de contas sozinho ou, se for o caso, em conjunto com a pessoa que tenha designado para essa tarefa.
- E É vedado a partido e a candidato receberem, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de concessionário ou permissionário de serviço público.

**QUESTÃO 26**

Assinale a opção **incorreta** a respeito das normas sobre alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, regularização de situação de eleitor, administração e manutenção do cadastro eleitoral, sistema de alistamento eleitoral e fiscalização pelos partidos políticos, constantes da Resolução n.º 21.538/2003, aprovada pelo TSE.

- A Após decidida a duplicidade ou a pluralidade de inscrições eleitorais, os autos devem ser remetidos ao Ministério Público Eleitoral, excetuados os casos de evidente falha dos serviços eleitorais.
- B Decidida a duplicidade ou pluralidade de inscrições, ainda que não se cogite a ocorrência de ilícito penal eleitoral a ser apurado, é possível a apuração da responsabilidade administrativa do servidor da justiça eleitoral.
- C A folha de votação, que deve ser encadernada e embalada por seção eleitoral, deve conter identificação das eleições, data de sua realização e turno, dados individualizadores de cada eleitor que garantam sua identificação no ato de votar e listagem em ordem numérica dos títulos de eleitor com inscrição regular ou liberada.
- D A regularização de situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos é possível mediante comprovação de haver cessado o impedimento, mas, no caso de regularização de inscrição em que houve coincidência com outra de pessoa que perdeu ou está com seus direitos políticos suspensos, é necessário também comprovar que se trata de eleitor diverso.
- E Quando houver denúncia fundamentada de fraude no alistamento de uma zona ou município, o TRE pode determinar a realização de correição e, provada a fraude em proporção comprometedora, deve ordenar a revisão do eleitorado, com o cancelamento de ofício das inscrições correspondentes aos títulos que não forem apresentados à revisão, e deve comunicar a decisão ao TSE.

**QUESTÃO 27**

Durante a propaganda eleitoral televisiva nas eleições de 2002, Carlos, candidato a deputado estadual, foi acusado de ter mandado matar, em passado recente, um homem que teria cortejado sua esposa. Posteriormente, comprovou-se que Tomé, o acusador, concorrente de Carlos nas eleições, com o objetivo de afastar Carlos do pleito, mentira, haja vista que, à data da acusação, sabia que tal morte não tinha relação com o cortejo à esposa de Carlos.

Com base na situação acima e à luz das normas vigentes, assinale a opção correta.

- A A conduta de Tomé incide em crime contra a fé pública eleitoral.
- B Quer se trate de crime previsto em legislação penal comum, quer se trate de crime eleitoral, como a pena mínima abstratamente cominada à conduta de Tomé é inferior a um ano, e a máxima, igual a dois anos, o Ministério Público pode propor aplicação imediata de pena ou, ao oferecer a denúncia, propor a suspensão do processo.
- C O Ministério Público não pode oferecer denúncia relativamente à conduta de Tomé sem que Carlos apresente representação.
- D A conduta de Tomé não incide também em crime previsto na legislação penal comum.
- E Se Tomé já fosse deputado estadual ao tempo da prática da conduta descrita, a competência para o processo e o julgamento seria do TRE.

**QUESTÃO 28**

Relativamente à polícia e à fiscalização dos trabalhos eleitorais, assinale a opção correta.

- A Podem permanecer no recinto da mesa receptora os seus membros, os candidatos, um fiscal, um delegado de cada partido e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor, mas o presidente da mesa, que é, durante os trabalhos, a autoridade superior, deve fazer retirar do recinto ou do edifício quem não guardar a ordem e a compostura devidas e estiver praticando qualquer ato atentatório à liberdade eleitoral.
- B Durante a apuração, podem os fiscais e delegados de partido, assim como os candidatos, apresentar impugnações, que serão decididas de plano pela junta. Dessas decisões cabe recurso interposto no prazo de 48 horas.
- C Ao presidente da mesa receptora, ao juiz e ao promotor eleitoral cabe a polícia dos trabalhos eleitorais.
- D O recurso contra a apuração não deve ser admitido se não tiver havido, no ato da apuração, impugnação perante a junta contra as nulidades arguidas. Todavia, a impugnação não recebida pela junta eleitoral pode ser apresentada diretamente ao TRE, em 24 horas, acompanhada de declaração de duas testemunhas.
- E Cada partido pode nomear quatro delegados em cada zona eleitoral e dois fiscais junto a cada mesa receptora, devendo atuar um de cada vez.

**QUESTÃO 29**

Acerca do funcionamento de partidos políticos, assinale a opção correta.

- A O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e à aplicação de recursos fixadas na lei eleitoral perderá o direito ao recebimento da quota do fundo partidário do ano correspondente ao descumprimento.
- B É vedado a partido político receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidade ou governo estrangeiro, podendo, no entanto, candidato receber doação de organização não-governamental estrangeira.
- C Entidade de classe ou sindical pode fazer doação a partido político em dinheiro ou estimável em dinheiro, direta ou indiretamente, inclusive por meio de publicidade.
- D O partido político com estatuto registrado no TSE pode utilizar gratuitamente prédios públicos para a realização de reuniões ou convenções, embora órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do poder público e concessionários ou permissionários de serviço público estejam proibidos de fazer doação a partido político em dinheiro ou estimável em dinheiro, direta ou indiretamente, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie.
- E As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários que atentem contra a liberdade de voto somente serão apuradas mediante investigações realizadas pelo Ministério Público Eleitoral.

**QUESTÃO 30**

Assinale a opção que contém conduta vedada aos agentes públicos, nos pleitos eleitorais, durante a campanha eleitoral.

- A Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para atuação em comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, ainda que o servidor ou empregado esteja licenciado.
- B Nomear ou exonerar pessoas de cargos em comissão e designá-las ou dispensá-las de funções de confiança, na circunscrição do pleito, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito.
- C Fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos ainda que não exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, após 5 de julho e até a posse dos eleitos.
- D Realizar, antes dos três meses que antecedem o pleito, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição, prevalecendo o limite maior.
- E Fazer, nos três meses que antecedem o pleito, pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da justiça eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e pertinente às funções de governo.

**QUESTÃO 31**

Acerca da representação para investigação eleitoral, da ação de impugnação de mandato e dos recursos, assinale a opção correta.

- A Deve ser dirigida ao Ministério Público Eleitoral a representação, com pedido de abertura de investigação, formulada por qualquer partido político, coligação ou candidato, que relate fatos e indique provas ou indícios de uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político.
- B A ação de impugnação de mandato eletivo deve tramitar em segredo de justiça, devendo ser ajuizada no prazo de 10 dias contados da diplomação e instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- C O recurso contra expedição de diploma deve ser interposto no prazo de cinco dias contados da sessão de diplomação, nos seguintes casos: inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato; errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional; erro de direito ou de fato, na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, à contagem de votos e à classificação de candidato, ou à sua contemplação sob determinada legenda; concessão ou denegação do diploma, em manifesta contradição com a prova dos autos.
- D As decisões dos TREs são terminativas, mas cabe recurso ordinário para o TSE quando elas versarem sobre expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais.
- E As decisões do TSE, em regra, são irrecorríveis, mas das que contrariarem a Constituição Federal cabe recurso extraordinário encaminhado ao STF, o qual deve ser interposto no prazo de 15 dias.

**QUESTÃO 32**

No que se refere à proclamação do resultado e à diplomação dos eleitos, assinale a opção correta.

- A Os candidatos eleitos para os cargos de presidente da República, de vice-presidente da República e de senador devem receber diploma assinado pelo presidente do TSE.
- B Compete privativamente aos TREs expedir os diplomas dos eleitos para os cargos de governador, vice-governador, deputado federal, deputado estadual, prefeito, vice-prefeito e vereador.
- C A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas relativas à campanha eleitoral impede a diplomação dos eleitos, mas apenas enquanto perdurar a omissão.
- D A decisão que julgar as contas de todos os candidatos, eleitos ou não, deve ser publicada, em sessão, no dia da diplomação.
- E Enquanto o TSE não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, o diplomado não pode exercer o mandato.

**QUESTÃO 33**

Acerca da petição inicial e da resposta do réu, assinale a opção correta.

- A A petição inicial será indeferida de plano, isto é, na primeira vez que o juiz se manifestar no processo, quando lhe faltar o pedido ou a causa de pedir.
- B Não só na causa principal, mas em toda e qualquer ação, mesmo nas cautelares, torna-se obrigatória a fixação do valor da causa, que será o mesmo daquele previamente atribuído à principal, pois com ele guardará necessária subordinação.
- C O réu tem o ônus de impugnar especificadamente todos os fatos arrolados pelo autor. No entanto, poderá contestar por negativa geral todos os fatos aduzidos pelo autor e protestar pela juntada de contestação específica na fase de saneamento do processo, quando o juiz fixar os pontos controvertidos da demanda.
- D A exceção de incompetência pode ser apresentada pelo autor ou pelo réu, e deve ser oferecida dentro do prazo de quinze dias contados a partir do momento em que a parte tiver ciência de algum fato posterior que implique alteração de competência.
- E A petição inicial é inepta quando o autor formula pedidos incompatíveis, ou seja, quando um pedido exclui o outro. No entanto, a incompatibilidade deve ser jurídica.

**QUESTÃO 34**

Acerca do litisconsórcio e da intervenção de terceiros, assinale a opção correta.

- A No litisconsórcio unitário, aplica-se a regra da autonomia, ou seja, embora reunidos no mesmo pólo, cada um é considerado como litigante independente, não podendo seus atos beneficiar ou prejudicar o outro. Assim, se um deles recorre e o outro não, eventual provimento somente atingirá a situação processual do recorrente.
- B Tratando-se de litisconsórcio necessário passivo, tem o autor o ônus de promover a citação de todos os réus, no prazo estabelecido pelo juiz, formando-se o litisconsórcio ulterior. Se não o fizer, o resultado será a extinção do processo sem julgamento de mérito, por carência da ação, o mesmo ocorrendo nas hipóteses de litisconsórcio ativo necessário.
- C No litisconsórcio necessário, é admissível a limitação quando houver um número muito grande de litisconsortes, no processo, a dificultar a defesa, podendo, no caso, o juiz determinar o desdobramento das ações.
- D A denunciação da lide pode ser corretamente definida como a intervenção de terceiros forçada, obrigatória, exclusiva do réu, com o objetivo de trazer ao processo o seu garante, para a obtenção, desde logo, de condenação regressiva.
- E Aceita a nomeação à autoria, esta é considerada irrecusável pelo nomeado, que passa a figurar no pólo passivo do processo, como ocorre com qualquer pessoa contra a qual é movida demanda judicial, ou seja, ele poderá recusar-se a apresentar defesa e ser considerado revel.

**QUESTÃO 35**

A respeito da formação, do desenvolvimento e da extinção do processo, assinale a opção correta.

- A Falecido o autor e comunicada a morte ao juiz, não pode o processo prosseguir enquanto não houver a habilitação de seus sucessores, que tanto pode ser promovida por estes como pela parte contrária. Se a habilitação não se faz, o processo há de ser extinto sem apreciação de mérito, visto que não pode existir sem uma das partes.
- B No caso de suspensão do processo, tão logo cesse o efeito do evento extraordinário que a causou, a movimentação do processo se restabelece normalmente. A suspensão inibe o andamento do feito, sendo nulo de pleno direito qualquer ato das partes, do juiz ou de seus auxiliares praticado durante a suspensão do processo.
- C Para o autor, forma-se o processo e considera-se proposta a ação a partir do momento em que o réu é citado, pois somente aí aperfeiçoa-se a relação jurídica processual.
- D Uma vez provocada jurisdição pelo interessado, a marcha processual é feita por impulso oficial, ou seja, é dever do serviço cartorário não deixar o processo paralisado. Assim, o juiz não poderá extinguir o feito, sem julgamento do mérito, sob o argumento de desídia das partes, cabendo-lhe aplicar as sanções processuais existentes, a exemplo da preclusão, e determinar o prosseguimento regular do feito.
- E A superveniência das férias forenses e dos feriados suspende os prazos processuais, bem como o processo. Durante tal suspensão, é defesa a prática de atos processuais.

**QUESTÃO 36**

Acerca da competência e sua modificação, assinale a opção correta.

- A Na ação de reconhecimento e dissolução de união estável, quando o patrimônio a ser partilhado é constituído de bens imóveis, o foro competente deve ser fixado de acordo com a localização dos bens.
- B É competente o foro da situação do imóvel para a ação de manutenção de posse. No entanto, por se tratar de competência territorial, pode ser modificada por acordo tácito ou expresso entre as partes.
- C O sistema jurídico brasileiro adota o princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, que é norma determinadora da inalterabilidade da competência objetiva, a qual, uma vez firmada, deve prevalecer durante todo o curso do processo. No entanto, admite-se exceção ao mencionado princípio quando ocorrerem alterações jurídicas posteriores e a competência já firmada for absoluta. Em tal caso, os feitos pendentes serão imediatamente alcançados pela modificação, e os autos terão de ser encaminhados ao outro órgão que se tornou competente para a causa.
- D Na continência, verifica-se a identidade total de partes e de causa de pedir, sendo parcialmente comum o objeto, pois o de uma é mais amplo que o da outra. Existindo relação de continência entre as demandas, impõe-se — sem julgamento do mérito, pela ocorrência da litispendência — a extinção do processo cujo objeto encontra-se contido no outro.
- E Existindo conexão entre duas demandas, o critério para a fixação da competência será o da prevenção, ou seja, daquele juiz que primeiro ordenar a citação do réu, cabendo ao juiz prevento determinar a reunião das ações conexas e proferir sentença única em ambos os processos.

**QUESTÃO 37**

Acerca da relação de parentesco e da união estável, assinale a opção correta.

- A O parentesco por afinidade decorre apenas do casamento, não sendo gerado pelo companheirismo. Assim, os parentes de um companheiro não mantêm vínculo de afinidade com o outro companheiro.
- B O parentesco em linha reta limita-se até o quarto grau. Para a contagem do parentesco, adota-se a linha como sendo a vinculação da pessoa a tronco ancestral comum.
- C No parentesco em linha colateral, não há limitação de grau; ele decorre da descendência de um só tronco comum, sem que exista relação de ascendência e descendência entre os parentes.
- D Reconhecida a sociedade de fato e havendo contribuição, direta ou indireta, para a formação do patrimônio comum, é cabível a partilha do mesmo, não afetada pelo regime de comunhão universal de bens adotado no casamento de um dos companheiros, estando o mesmo separado de fato. Nessa situação, deixando o falecido pensão previdenciária, esta deverá ser rateada em partes iguais entre a viúva e a companheira do *de cuius*.
- E Os vínculos colateral e em linha reta estabelecidos pela afinidade desaparecem com a dissolução do casamento, seja pela morte, seja pelo divórcio.

**QUESTÃO 38**

A respeito da aplicação da lei penal, do fato típico e seus elementos e da culpabilidade, julgue os itens a seguir.

- I O crime de adultério foi recentemente revogado por uma nova lei, passando a ser considerado fato atípico. Em razão disso, todos os inquéritos policiais ou processos em andamento que digam respeito a adultério devem ser imediatamente trancados e extintos, bem como cessados os efeitos penais decorrentes de eventuais sentenças condenatórias.
- II Se um menor com 17 anos e 11 meses de idade seqüestrar uma pessoa e a mantiver em cativeiro durante 4 meses, ele não responderá pelo crime, visto que era inimputável à época da infração penal.
- III No caso de um cidadão vir a matar alguém sem dolo ou culpa, a exemplo do motorista que atropela um suicida que se atira, inesperadamente, diante de seu veículo, ainda que haja morte, não fica caracterizado o crime.
- IV Não comete furto o agente que subtrai coisa alheia supondo-a própria, visto que o erro incidente sobre os elementos do tipo exclui o dolo. Como não existe furto culposo, o erro leva à atipicidade da conduta.
- V O erro de proibição, quando escusável, isenta o agente de pena, pois trata-se de causa excludente de culpabilidade que afasta do agente a potencial consciência da ilicitude.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.      B 2.      C 3.      D 4.      E 5.

**QUESTÃO 39**

Quanto ao concurso de pessoas em atos criminosos, assinale a opção **incorreta**.

- A Nos crimes plurissubjetivos, a co-autoria é obrigatória, pois a norma incriminadora, no seu preceito primário, reclama a existência de mais de um autor, de maneira que a conduta não pode ser praticada por uma só pessoa.
- B Para que se configure o concurso de agentes, é imprescindível a unidade de desígnios, sendo o crime o produto de uma cooperação desejada e consciente. Entretanto, não se exige o prévio acordo entre os agentes, bastando que uma vontade se alie à outra.
- C São requisitos do concurso de pessoas: a pluralidade de condutas, a relevância causal, o liame subjetivo ou concurso de vontades e a identidade de infração para co-autores e partícipes, ressalvadas apenas as exceções pluralísticas.
- D O autor mediato de um crime não é partícipe, é também autor principal da conduta, só que não diretamente, mas pelas mãos de outra pessoa, ocorrendo, no caso, adequação típica direta, porque, para o ordenamento jurídico, foi o próprio autor mediato quem realizou o núcleo da ação típica.
- E O particular que, conscientemente, participa de um peculato em concurso com um funcionário público responde por furto e não por crime contra a administração pública, pois tal circunstância não se comunica entre os agentes, mesmo que o co-autor ou partícipe dela tenha conhecimento.

**QUESTÃO 40**

Julgue os itens seguintes, relativos ao processo penal.

- I No processo penal, não há prazo convencional, não podendo o prazo legal ou judicial ser ajustado ou sequer prorrogado por vontade das partes.
- II Com a edição da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, os crimes de lesões corporais leves e lesões culposas passaram a ser de ação penal privada, sendo a sua propositura de iniciativa exclusiva do ofendido.
- III A citação, no processo penal, completa a instância, ou seja, a relação jurídica processual; todavia não tem como efeito a interrupção do prazo prescricional, o que ocorre com o recebimento da denúncia ou da queixa e, depois disso, com a pronúncia ou com a sentença condenatória recorrível.
- IV O estabelecimento da competência funcional originária dos tribunais, para o processo e o julgamento de determinadas pessoas, em razão da denominada prerrogativa de função, consubstancia exceção ao princípio do juiz natural.
- V A doutrina e a jurisprudência dominantes no direito pátrio preconizam a admissibilidade processual das provas colhidas com infração a normas do direito material, quando constituírem o único elemento probatório capaz de sustentar a condenação do réu.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.                      C II e V.                      E IV e V.  
 B I e III.                      D III e IV.

**QUESTÃO 41**

Acerca do *habeas corpus* e tendo em conta a doutrina pátria, assinale a opção correta.

- A Qualquer pessoa do povo, independentemente de habilitação legal ou de representação por advogado, pode impetrar *habeas corpus* em benefício próprio ou alheio, não havendo impedimento para que a pessoa jurídica assim o faça, já que a lei faz referência a qualquer pessoa.
- B Não é cabível a impetração de *habeas corpus* na hipótese de retenção de paciente em hospital onde esteja internado, pois esse recurso só poderá ser impetrado quando o coator estiver no exercício de função pública, não sendo a ação admitida em razão de constrangimento ilegal por parte de particular.
- C A sentença concessiva de *habeas corpus* por falta de justa causa para o inquérito policial ou para a ação penal não obsta a instauração de outro processo ou procedimento pelo mesmo fato, visto tratar-se de decisão cautelar, sem força de sentença definitiva.
- D O *habeas corpus* pode ser impetrado em razão da pena de multa, visto que, a qualquer tempo, há risco de conversão da multa em prisão, o que caracteriza ameaça à liberdade de locomoção do indivíduo.
- E Em razão da ampliação da extensão do *habeas corpus* como remédio jurídico destinado a tutelar a liberdade do indivíduo, é cabível a sua impetração em favor de pessoa jurídica, a exemplo de associações, sindicatos etc.

**QUESTÃO 42**

Julgue os itens abaixo, relativos ao juizado especial criminal, à competência e aos sujeitos da relação processual.

- I A citação pessoal, no sistema vigente, é, de regra, realizada por mandado. No juizado especial criminal, inverte-se a regra: a citação deve ocorrer, de preferência, no próprio juizado e, somente quando isso não for possível, deve ser efetuada por mandado.
- II No Brasil, os juízes dos tribunais eleitorais não são vitalícios no exercício da jurisdição especial. São todos nomeados por apenas dois anos e só podem ser reconduzidos ao cargo uma única vez.
- III Nos casos de ação penal de iniciativa privada, o Ministério Público deve intervir em todos os atos do processo, na qualidade de titular da ação.
- IV No concurso entre a jurisdição comum e a jurisdição especial, os processos serão separados. Assim, por exemplo, se um crime de roubo for praticado em conexão com um crime eleitoral, a justiça eleitoral será competente para julgar a infração eleitoral, cabendo o processo e o julgamento do roubo à justiça comum.
- V Nas infrações de menor potencial ofensivo, a homologação do acordo civil entre as partes tem eficácia de título executivo judicial e acarreta, como consequência, a renúncia tácita ao direito de queixa ou de representação, o que, na forma da lei, extingue a punibilidade do agente.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e IV.                      C I, III e V.                      E III, IV e V.
- B I, II e V.                        D II, III e IV.

**QUESTÃO 43**

Segundo Maria Sylvia Z. Di Pietro (**Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 414), as agências reguladoras, em sentido amplo, seriam, no direito brasileiro, qualquer órgão da administração direta ou entidade da administração indireta com função de regular a matéria específica que lhe está afeta. Com relação às agências reguladoras, assinale a opção **incorreta**.

- A As agências reguladoras podem, conforme a lei que as criou, exercer típico poder de polícia com a imposição de limitações administrativas, previstas em lei, de fiscalização e de repressão.
- B As agências reguladoras até agora criadas no âmbito da administração federal possuem privilégios que se caracterizam basicamente pela independência financeira, pela autonomia financeira e pelo poder normativo.
- C Conforme a lei que as criou, as agências reguladoras podem regular e controlar as atividades que constituem objeto de concessão, permissão ou autorização de serviço público ou concessão para exploração de bem público.
- D As agências reguladoras são pessoas jurídicas de direito público interno, com estruturas próprias, determinadas pela lei que as criou, não se confundindo com fundações públicas, autarquias ou qualquer outra forma existente de direito público interno.
- E As compras e a contratação de serviços pelas agências podem ser feitas nas modalidades de consulta e pregão, nos termos de regulamento próprio, excetuando-se as obras e serviços de engenharia que ficam subordinadas às normas gerais de licitação e contratação da administração pública.

**QUESTÃO 44**

Comparativamente, podemos dizer que o governo comanda com responsabilidade constitucional e política, mas sem responsabilidade profissional pela execução. Isto não quer dizer que a administração não tenha poder de decisão, mas tem somente na área de suas atribuições e nos limites legais de sua competência executiva.

Hely Lopes Meirelles. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 65 (com adaptações).

Acerca do tema organização administrativa e seus princípios, assinale a opção correta.

- A A moralidade do ato administrativo juntamente com sua legalidade e finalidade, além da sua adequação aos demais princípios, constituem pressupostos de validade sem os quais toda atividade pública será ilegítima.
- B Os órgãos públicos integram a estrutura do Estado e das demais pessoas jurídicas como partes desses corpos vivos. Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria e mantêm relações funcionais entre si com terceiros, das quais resultam efeitos jurídicos internos e externos, na forma legal ou regulamentar.
- C A eficácia de toda atividade administrativa pública está condicionada ao atendimento da lei, do direito, da moral e dos bons costumes de uma sociedade.
- D A administração é o instrumental de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas do governo, sendo, portanto, uma atividade política e discricionária.
- E A publicidade, como princípio de administração pública, abrange toda atuação estatal e não-estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como também de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes, tais como pareceres, processos em andamento, despachos intermediários e finais.

**QUESTÃO 45**

De acordo com Hely Lopes Meirelles (**Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 85), a natureza da administração pública é a de um múnus público para quem a exerce, isto é, a de um encargo de defesa, conservação e aprimoramento dos bens, serviços e interesses da coletividade. Nesse sentido, assinale a opção **incorreta** acerca do tema administração direta e indireta, centralizada e descentralizada.

- A Quando o poder público presta um serviço por seus próprios órgãos em seu nome e sob a sua exclusiva responsabilidade, tal serviço é caracterizado como centralizado.
- B Se o Estado cria uma entidade e a ela transfere, por lei, determinado serviço público ou de utilidade pública, então o Estado está descentralizando seu poder via outorga.
- C Há delegação quando o Estado transfere, por contrato de concessão ou ato unilateral via permissão ou autorização, unicamente a execução do serviço para que um delegado o preste ao público em seu nome e por sua conta e risco, nas condições regulamentares e sob controle estatal.
- D A descentralização pode ser territorial ou geográfica, quando se estende a descentralização da União aos estados-membros e destes aos municípios, ou institucional, quando há transferência do serviço ou da sua execução da entidade estatal para suas autarquias e fundações.
- E A autarquia é uma forma de descentralização administrativa para a qual foram outorgados serviços públicos típicos ou as atividades industriais ou econômicas que sejam exclusivamente de interesse coletivo.

**QUESTÃO 46**

Consoante as disposições da Lei n.º 8.112/1990, que regulamenta o regime jurídico dos servidores públicos da União, assinale a opção correta.

- A O servidor tem prazo de 30 dias, contados da posse, para entrar em exercício.
- B A investidura em cargo público dá-se com a nomeação.
- C De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, função pública é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
- D Para o servidor ocupante de cargo público de provimento efetivo, não se exige aprovação prévia em concurso público.
- E A partir da promulgação da Emenda Constitucional n.º 19, deixou de ser obrigatória a adoção de regime jurídico único para os agentes da administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

**QUESTÃO 47**

Ainda com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

- A Um servidor público tem o dever de cumprir as ordens de seus superiores hierárquicos, ainda que elas sejam manifestamente ilegais.
- B São deveres dos servidores públicos: exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo bem como levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo.
- C Para aplicação de penalidades ao servidor, devem-se levar em conta a natureza e a gravidade da infração, desconsiderando-se os antecedentes funcionais.
- D Deverá ser reintegrado o servidor público que, ao sofrer limitação em sua capacidade de trabalho, torne-se inapto para o cargo que ocupa, mas possa ainda exercer outro cargo para o qual a limitação sofrida não o inabilite.
- E Deverá ser reconduzido o servidor aposentado por invalidez permanente que tiver declaradas insubsistentes, por junta médica oficial, as causas que determinaram a sua aposentadoria.

**QUESTÃO 48**

Considerando, ainda, o regime jurídico dos servidores públicos da União, assinale a opção correta.

- A A ausência de um servidor, sem justa causa, ao serviço por mais de trinta dias consecutivos não deve ser considerada abandono de cargo.
- B A abertura de sindicância ou a instauração de processo administrativo disciplinar não interrompem a prescrição, até a decisão final proferida pela autoridade competente.
- C Os meios de apuração de irregularidades cometidas pelos servidores públicos no exercício de suas atribuições são a sindicância e o inquérito civil público.
- D Os prazos de prescrição de lei penal aplicam-se às infrações disciplinares previstas também como crime.
- E Sanções civis, penais e administrativas aplicadas a servidor público jamais podem cumular-se.

**QUESTÃO 49**

Observado o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA) — Resolução TRE/MA n.º 1.533/1997, alterada pela Resolução n.º 3.597/2001 —, **não** compete ao TRE/MA

- A processar e julgar originariamente as ações de impugnação de mandatos estaduais, estando excluídos os mandatos federais.
- B processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos por juízes de direito e promotores de justiça, deputados estaduais e prefeitos municipais.
- C julgar os recursos interpostos contra decisões que imponham penas disciplinares aos funcionários.
- D processar e julgar originariamente as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos quanto à sua contabilidade.
- E processar e julgar originariamente o registro de candidato a governador, vice-governador e membros do Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa.

**QUESTÃO 50**

Ainda acerca do Regimento Interno do TRE/MA, assinale a opção **incorreta**.

- A O eleitor pode dirigir-se ao corregedor regional eleitoral, relatando fatos e indicando provas, e pedir abertura de investigações para apurar irregularidades no serviço eleitoral e uso de poder de autoridade em favor de candidato ou partido político.
- B O presidente do TRE/MA tem competência para determinar a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar, tomando as providências cabíveis na espécie contra faltas, irregularidades ou abusos dos servidores da secretaria.
- C Podem fazer parte do TRE/MA pessoas que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau, excluindo-se, neste caso, a que tiver sido escolhida por último.
- D Perderá automaticamente a função eleitoral o membro do TRE/MA que terminar o respectivo período ou completar 70 anos de idade, assim como acontece com o magistrado que se aposenta.
- E Pratica ato ilícito o servidor público da administração direta ou indireta que nega ou retarda ato de ofício em consequência de requerimento de eleitor cuja finalidade é a de obter provas para denunciar fatos à corregedoria.

## PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DE REDAÇÃO**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

---

De acordo, respectivamente, com os parágrafos 5.º, 6.º e 7.º do artigo 14 da Constituição Federal da República, os prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente; para concorrerem a outros cargos, os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito; são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, de prefeito ou de quem o haja substituído nos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

---

Com base nos dispositivos acima destacados, redija um texto dissertativo, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ valor protegido na Constituição;
- ▶ fundamentos de fato dos dispositivos;
- ▶ possibilidade de a vedação expressa no § 7.º do art. 14 da Constituição Federal alcançar a irmã da companheira de prefeito.

# RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

